

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Escola de Serviço Social

Paloma de Andrade Pereira

Perspectivas a partir do Esporte: Um olhar sobre o Projeto ACM Criança no Esporte.

Rio de Janeiro
Fevereiro, 2016

Paloma de Andrade Pereira

Perspectivas a partir do Esporte: um olhar sobre o projeto ACM criança no esporte

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Rosana Morgado Paiva

Rio de Janeiro
2016

AUTORIZAÇÃO

PALOMA DE ANDRADE PEREIRA, DRE 109075149, AUTORIZO a Escola de Serviço Social da UFRJ a divulgar total ou parcialmente o presente Trabalho de Conclusão de Curso através de meios eletrônicos e em consonância com a orientação geral do S/BI.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2016.

Paloma de Andrade Pereira

Aos que não puderam.

AGRADECIMENTOS

À professora Rosana por aceitar me orientar neste trabalho, de maneira paciente e persistente, qualquer outra teria desistido.

Às professoras Joana e Andrea Teixeira, profissionais a quem admiro muito, pela disponibilidade e boa vontade em avaliar este trabalho.

Aos colegas da Escola de Serviço Social, pelo convívio, pelas conversas e pelas muitas risadas.

Aos professores que me deram um pouco de si nos cinco anos de Praia Vermelha, em especial duas queridas, que levarei no coração, Joana Garcia e Ilma Resende.

À equipe de Serviço Social da ACM, por fazerem parte de momentos de aprendizado e de muito amor à profissão.

Às colegas de profissão e amigas Renata e Deise, por estarem presentes em tantos momentos especiais.

À amiga estrangeira, Mónica Brun, minha luz no fim do túnel, pela paciência, pelo apoio, pelos tantos conselhos e pelas inúmeras revisões.

Às amigas Elaine e Marianna, pela amizade e pelos momentos de cumplicidade, sem vocês tudo seria tão sem graça.

Aos meus pequenos, Roberta, Rafaela e Miguel, sobrinhos que me trazem tanta alegria. Me realizo em vocês.

Às minhas irmãs, Pâmela e Paola, por estarem sempre presente, na dificuldade e na vitória, juntas somos muito mais fortes.

A Ricardo, por não ser o mais perfeito, mas ser o meu pai.

A minha mãe, Lúcia de Fátima, pelo exemplo de vida, pela força na labuta, pela abnegação e, principalmente, pelo amor.

A Gabriel, meu marido, porque posso dizer, sem hesitar, que sem ele nada disto seria possível.

A Deus, por me fazer acreditar que era possível, até no impossível.

“Todas as vitórias ocultam uma abdicação”.
Simone de Beauvoir

RESUMO

PEREIRA, Paloma de Andrade. Perspectivas a partir do Esporte: um olhar sobre o projeto ACM criança no esporte. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

O trabalho que ora apresentamos tem o objetivo de verificar as possíveis interações de crianças e adolescentes através do esporte e lazer.

Essa percepção se dará a partir do Programa ACM Criança no Esporte da ACM/ Ilha do Governador.

Através de relatos advindos das entrevistas sociais, dos dados coletados nas fichas dos usuários, dos documentos institucionais como o Impacto Social 2012 e os Perfis Sociais 2011 e 2015, serão analisadas as demandas dos usuários, as razões que os levaram a buscarem o projeto, as percepções que tiveram do PACE, e principalmente as alterações sentidas pelos usuários e suas famílias, em seus cotidianos e dinâmicas familiares, sendo essa última, o foco principal desse trabalho. Busca-se entender o alcance do esporte e do PACE na dinâmica das famílias inseridas na ACM.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Relação de moradia dos usuários nos anos de 2011 e 2015	19
Tabela 2	Relação dos responsáveis pelos usuários nos anos de 2011 e 2015	25
Tabela 3	Relação das escolas públicas e privadas nos anos de 2011 e 2015	31

LISTA DE SIGLAS

ACM	Associação Cristã de Moços
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
EA-VT	Esporte em Ação - Núcleo Vila Torres
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LOS	Lei Orgânica da Saúde
OTP	Orientação e Treinamento Profissional
PACE	Programa ACM Criança no Esporte
PAFI	Programa ACM Feliz Idade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA	16
2 FAMÍLIA E O PROJETO ACM CRIANÇA NO ESPORTE	24
3 ESPORTE E SEUS DESDOBRAMENTOS	33
CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS	46

INTRODUÇÃO

Segundo estudos realizados pela pós-graduação em Psicopedagogia da Universidade Veiga de Almeida, diversas são as áreas que enaltecem o esporte, apontando-o como uma ferramenta extremamente saudável para as crianças, pois auxilia na disciplina, na responsabilidade, na cooperação, na socialização, além de ajudar a lidar com imprevistos e perdas, a programar metas, estimulando e motivando a autoconfiança e o pleno desenvolvimento.

No presente trabalho pretendemos verificar as possíveis interações de crianças e adolescentes através do esporte e lazer no Programa ACM Criança no Esporte e quais as mudanças percebidas em seus cotidianos e de seus familiares.

O interesse por este tema surge da experiência enquanto estagiária na Associação Cristã de Moços (ACM) em sua sede na Ilha do Governador.

Na descrição da obra “Impacto social dos Usuários do Projeto família na Associação Cristã de Moços do Rio de Janeiro, Unidade Ilha do Governador”, Macedo, indica que a ACM:

(...) é uma entidade de Assistência Social sem fins lucrativos que possui certificado do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e de Utilidade Pública Federal. Investe 20% de sua receita bruta em projetos sociais para obtenção da cota patronal (ISS e Imposto de Renda) e redução de outras despesas (MACEDO, 2012, p.5).

O direito ao esporte, lazer e cultura deveria ser assegurado pelo Estado, porém “devido às tendências de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social” (NETTO, 1993, p. 81), vai se configurando um Estado mínimo para a classe proletária pauperizada e um Estado máximo para o capital, transferindo a responsabilidade para a Sociedade Civil e o Terceiro Setor¹.

A ACM, absorvendo essa demanda, também para fins de redução de impostos, desenvolve atividades nas áreas esportiva e social por meio da promoção de projetos no campo da assistência social direcionados aos segmentos mais

¹ “(...) o Terceiro Setor caracteriza um fenômeno que envolve um número significativo de organizações e instituições – organizações não governamentais (ONGS), sem fins lucrativos (OSFL), instituições filantrópicas, empresas cidadãs, entre outras – e sujeitos individuais – voluntários ou não” (MONTAÑO, 2002, p. 15).

vulneráveis da sociedade, sendo esses, segundo Maria Carmelita Yazbek, “famílias, (...), crianças, adolescentes e jovens, desempregados, portadores de deficiência, migrantes, (...), vítimas de violência e outros” (YAZBEK, 2008, p. 5).

A instituição possui sedes em vários estados no Brasil. No Rio de Janeiro possui três unidades: a sede, na Lapa, Engenho de Dentro e Ilha do Governador.

São desenvolvidos os seguintes programas e projetos na Instituição: o Programa ACM criança no Esporte (PACE), o Programa ACM Feliz Idade (PAFI) e os projetos Psicofamiliar e Bolsa de Estudos.

Conforme já sinalizado, objetivamos tecer uma análise sobre as atividades desenvolvidas no âmbito do Programa ACM Criança no Esporte (PACE), na filial da instituição na Ilha do Governador.

O acesso ao programa acontece por meio de entrevista socioeconômica e análise de documentos de comprovação de renda, moradia e de matrícula no sistema regular de ensino.

Esse programa tem por finalidade inserir gratuitamente crianças e adolescentes de 06 a 18 anos em atividades esportivas na instituição, tais como, voleibol, futebol, futsal, ginástica olímpica, ginástica rítmica, jazz, ballet, recreação, natação, *jump*, ginástica localizada, *step* e musculação.

Independente das escolhas feitas pelos usuários, que refletem seus gostos e preferências, já pontuados por traços de suas identidades, o que é válido mensurar são os possíveis efeitos dessa interação esportiva, o impacto verificado a curto e longo prazo no cotidiano das crianças e adolescentes.

Essa percepção quanto às possíveis mudanças através da prática esportiva foi se materializando na minha atuação como estagiária, no atendimento às demandas apresentadas pelos usuários, sendo eles os associados da ACM ou seus responsáveis e familiares.

Estive vinculada à Instituição por dois anos, sendo o primeiro ano referente ao período curricular e o segundo cumprido como estágio não obrigatório.

Passada a fase de observação, com duração de um semestre, iniciei a etapa de contato com os usuários, de atendimento, de entrevista, de encaminhamentos, sempre resguardada por supervisão.

Ao analisar os casos com o intuito de problematizá-los e discuti-los nas aulas da disciplina de Orientação e Treinamento Profissional (OTP), passei a questionar as

demandas apresentadas a mim.

Os responsáveis apontavam nos atendimentos problemas de caráter pessoal, dificuldades no relacionamento familiar, na educação de seus filhos, na continuidade de permanecer no programa. Apresentavam demandas quanto a saúde, a renda, a escolaridade, a cultura e lazer.

Tornou-se claro para nós o mecanismo do programa, a maneira como ele pode possibilitar mudanças, resguardadas as devidas proporções e entendendo o alcance do atendimento e da instituição.

Diante disso, desenvolvemos nosso interesse por entender, de forma mais aprofundada, a forma do projeto e seu real alcance no cotidiano das famílias, além da análise de seu papel efetivo e sua capacidade para modificar ou estacionar a dinâmica familiar.

A metodologia utilizada para tornar esse estudo possível, foi a análise bibliográfica sobre os temas: de Infância e Juventude; políticas de atenção a criança e ao adolescente; famílias e suas várias interpretações; Favela e outros espaços urbanos; Socialização; Saúde; Esporte, cultura e lazer.

Para embasar esse trabalho, também foram confrontados os Perfis dos usuários do programa nos anos de 2011 e 2015 e o Impacto Social de 2012².

Esse trabalho será estruturado em três capítulos e nas considerações finais, que manterão correlação direta com os objetivos aqui propostos.

No primeiro capítulo, cujo título será “Estatuto da Criança e do Adolescente: uma construção histórica”, descreveremos a evolução sócio-histórica do ECA, onde será possível observar a importância desse instrumento para legitimar direitos e deveres.

O segundo capítulo, “Família e o Projeto ACM Criança no Esporte”, tratará da temática da família. Será exposta a percepção do papel da família na dinâmica do projeto e sua importância na reprodução cotidiana das crianças e adolescentes inseridas no PACE.

Na continuação desse trabalho, virá o terceiro e último capítulo, “Esporte e seus desdobramentos” que discorrerá sobre os possíveis desdobramento acerca do

² Os dados e percentuais exposto nesse segundo capítulo foram retirados dos trabalhos feitos pela equipe do Serviço Social da ACM/ILHA. Trabalhos esses que são o Impacto Social (2012), Perfil dos Usuários (2011) e Perfil dos Usuários (2015).

direito ao esporte, cultura e lazer.

Nesse momento, serão expostos os dados dos Perfis Sociais de 2011 e 2015 e do Impacto Social de 2012, bem como terão informações vindas das diversas entrevistas sociais feitas com os responsáveis durante meu período de estágio na Instituição.

Nas considerações finais serão relatadas quais questões puderam ser esclarecidas e quais ainda precisarão ser estudadas com mais profundidade. Como foi escrever sobre este tema e de que maneira este poderá ser levado para pesquisas posteriores, não somente na ACM ILHA, mas nas outras filias da Organização.

1 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

Buscando compreender as políticas de atendimento à Infância e Juventude, e as instâncias legais relacionadas a mesma, será feita uma reflexão através dos marcos históricos traçados por Garcia (2007), com vasta experiência de pesquisa nas temáticas sobre família, cidadania e políticas sociais voltadas para infância e juventude.

Em se tratando de políticas de atenção para a criança e o adolescente, a autora ressalta a importância do Estatuto da criança e do adolescente, o ECA, discorrendo sobre o Estatuto, seus avanços e entraves (GARCIA, 2007).

Não há a intenção de afirmar que antes do ECA nada existia acerca de política nesse tema, negativo, a autora indica que, para que de fato o Estatuto tivesse legitimidade em 1990, muitos enfrentamentos tiveram que ser travados.

Não que antes do Estatuto essa história fosse linear e indistinta, ao contrário: muito ocorreu para que sua promulgação, em 1990, representasse, de fato, o marco de uma nova abordagem dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil (GARCIA, 2007, p. 540).

Com o ECA, as crianças (até 12 anos de idade) e adolescentes (12 a 18 anos) que eram tidas como ameaçadoras da ordem e incômodas para a sociedade, deixaram de ser chamadas de menores, “expressão de origem jurídica cujo uso corrente prestou-se a distinguir, crianças e jovens” (GARCIA, 2007, p. 542) e passaram a ser considerados “em condição peculiar de desenvolvimento”. Segundo Garcia, o intuito dessa mudança de nomenclatura, foi encurtar a diferença entre segmentos sociais e minimizar as discriminações que recaíam sobre crianças e jovens pobres, negras ou de famílias fora dos padrões estabelecidos, entre outros “atributos desabonadores” (GARCIA, 2007, p. 542).

O propósito legal do Estatuto, segundo Garcia (2007) foi

promover uma alteração no paradigma conceitual e nas práticas dele derivadas: abandonar a concepção de menor carente ou delinqüente, associada à pobreza e à cor, abandonar a doutrina da situação irregular, através da qual os órgãos públicos tinham como função básica corrigir desvios de conduta, e adotar a concepção de cidadania ampliada, mais condizente com a ordem internacional proposta pela Convenção das

Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, adotada pela ONU, em 1989 (GARCIA, 2007, p. 543).

Vale ressaltar que, se antes da sua promulgação as políticas de atenção a criança e adolescentes não era lineares, depois do Estatuto elas não se tornaram garantidoras absolutas dos direitos.

Muitas crianças e adolescentes continuam sendo tratados como ameaçadores da ordem e incômodos para a sociedade, permanecem “menores para efeito do seu reconhecimento social” (GARCIA, 2007, p. 543). Eles não têm assegurada a possibilidade de alcançar a cidadania em seus aspectos mais básicos.

Porém, mesmo estando ainda longe do almejado ideal, o ECA não foi apenas ilustrativo, ele foi um grande avanço político, foi um marco a respeito dos direitos das crianças e adolescentes no país. Segundo Marcilio (1998), “este documento legal representa uma verdadeira revolução em termos de doutrina, ideias, práxis, atitudes nacionais ante a criança e adolescente” (MARCÍLIO, 1998, p. 49).

O estatuto foi o propulsor de muitas outras iniciativas, tais como a revogação do *Código de Menores de 1979*, que era altamente discriminatório. Tem como doutrina a proteção integral, que reconhece a criança e o adolescente como cidadãos e sujeitos de Direitos.

Entende-se obviamente que uma mudança tão drástica na perspectiva do relacionamento da família, da sociedade e do Estado referentes às crianças e adolescentes, são permeadas por conflitos e posturas antagônicas.

Amaral (1999) destaca de forma mais subjetiva a mudança decorrente do surgimento de novas formas de atendimento as crianças e adolescente. Segundo os autores, “de portadores de necessidades, verdadeiros objetos de tutela, crianças e adolescentes passam a ser encarados como sujeitos de direitos, portadores de todos os direitos fundamentais e sociais” (Amaral, 1999, p. 1).

Uma mudança tão drástica e significativa foi recebida por alguns com resistência e animosidade. Amaral e Silva pontuam que:

A família, principalmente os pais, titulares do pátrio poder, não assimilam, de pronto, a nova postura. Oposições continuam se manifestando fortemente, inclusive na sociedade, todos acostumados à cômoda posição de encarar crianças e adolescentes como “menores”, dependentes, imaturos, necessitados de “proteção”. Proteção traduzida em medidas autoritárias justificadas pelo interesse do menor, quase sempre concretizada na “tirania” dos pais sobre os filhos (AMARAL, 1999, p. 2).

De forma hereditária, repassando métodos arcaicos, tem-se a reprodução da crença que em prol da educação é justificável o uso de violências, inclusive as físicas. “O Estatuto, tendo por fonte material o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes e a chamada “questão do menor”, aparece como resposta humanitária à injustiça vivida por milhões de seres em situações de vulnerabilidade” (SILVA, 1999, p. 2).

A falta de cuidado com a educação e saúde, o desprezo à liberdade e dignidade familiar, o descaso pela cultura, pelo esporte e lazer, a ausência de incentivo ao trabalho e profissionalização, tornaram obrigatória a elaboração de normas capazes de assegurar impositivamente os direitos das crianças e adolescentes.

“As leis não nascem por acaso, surgem dos fenômenos sociais, quando deveriam se originar das necessidades sociais” (SILVA, 1999, p. 2).

O Estatuto nasce desses fenômenos no que tange a proteção à criança e adolescente e segundo Silva “encontra resistências, interpretações equivocadas e, principalmente, má vontade”(1999, p.3) por parte dos governantes.

Silva (1999) complementa que:

Regulando a chamada democracia participativa através dos Conselhos de Direitos; interferindo na formulação de políticas públicas e no controle das respectivas ações; permitindo, inclusive, recurso ao Judiciário, o Estatuto haveria de se defrontar com resistências, principalmente dos agentes políticos, desacostumados à co-participação comunitária (SILVA, 1999, p. 2).

Ao submeter pais e responsáveis a respostas pelo desrespeito causados por práticas tiranas, autoritárias e violentas, o Estatuto e suas “novas disposições não poderiam ser bem recebidas por muitos adultos, acostumados às diretrizes e ordens dos ‘bons pais de família’, solidificadas no poder decorrente de seculares práticas despóticas” (SILVA, 1999, p. 3).

Professores, também habituados ao autoritarismo das salas de aula, não se mostram satisfeitos com muitos dos novos direitos dos educandos, principalmente o de contestação ou o de se organizar e de participar de entidades e movimentos estudantis.

O autor prossegue informando que:

Juizes de Menores, Promotores de Justiça, Curadores de Menores e muitos Delegados de Polícia, que mantinham o discurso de proporcionar o melhor e bem estar dos menos, também se opuseram. Pois, de uma hora para outra, são obrigados a se submeterem à estrita legalidade, com formalidades processuais e outros incômodos.

Entidades Públicas e Privadas de “Proteção ao Menor”, agora sujeitas à orientação, acompanhamento e fiscalização das comunidades através dos Conselhos e do Ministério Público, acostumadas ao autoritarismo, tendo de se adaptar, também criticam as novas normas e, em muitos casos, resistem com práticas da antiga doutrina da situação irregular” (SILVA, 1999, p. 3).

A desconfiança e não aceitação origina-se “das profundas mudanças de concepção da infância e da juventude” (SILVA, 1999, p. 3). Ao contrário do que muitos pensam, por desconhecimento de suas normas, o Estatuto não só garante direitos, mas também fixa responsabilidades para crianças e adolescentes, funcionando como um importante instrumento de pedagogia social.

Há um novo sistema administrativo, descentralizado e participativo, com um caráter “garantista e responsabilizante” (SILVA, 1999, p. 3).

O Estatuto, no decorrer do tempo começa a ser entendido e *melhor* aplicado. “Direitos e responsabilidades passam a ser estudados a partir da ótica da cidadania” (SILVA, 1999, p. 2).

Para o autor os:

(...) Tribunais, Juizes, Ministério Público, Assistentes Sociais, Educadores, Psicólogos passam a interpretar o Estatuto com base nos postulados da Doutrina das Nações Unidas, fonte formal das novas disposições (SILVA, 1999, p. 3).

A partir desses dois recortes, percebe-se as mudanças ocorridas na sociedade. As transformações na concepção de proteção e direitos à crianças e adolescentes.

As políticas na área de atendimento a Infância e Juventude se fundamentam na proteção integral às crianças e adolescentes, e o Estatuto da Criança e do Adolescente que está contido nelas, preconiza esse posicionamento, sendo direcionado a todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana que lhes assegurem todas as oportunidades e facilidades para um pleno “desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990).

Para fundamentar a compreensão desse trabalho, Quitéria Clarice Magalhães Carvalho, citando o ECA e o Art. 4, esclarece que é de responsabilidade e

dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (CARVALHO, 2008, p. 4).

Já o Art. 59 orienta que “os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude” (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990).

No Capítulo II, o Art. 15 traz “que a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na constituição e nas leis”

Na continuidade, o art. 16, Parágrafo IV, indica que a criança e o adolescente têm direito à “brincar, praticar esportes e divertir-se”.

O esporte e lazer, marcadores teóricos desse trabalho são direitos fundamentais de crianças e adolescentes, que foram conquistados através de muita luta e conscientização e devem, como citado acima, serem assegurados.

A maneira como o esporte e lazer interverem na rotina das crianças e adolescentes, de seus familiares e da comunidade, o modo como são capazes de transformar a dinâmica de vida da família são pontos que serão analisados nesse trabalho.

O esporte e lazer trazem em si uma gama de aspectos construtivos e favoráveis, que possibilitam vivências e práticas valorativas às crianças e adolescentes.

Para Victor K. R. Matsudo, “são tidos como fundamentais para um bom e pleno desenvolvimento do indivíduo” (1999, p. 19). Para o desdobramento saudável do corpo e da mente, para a identificação pessoal, para possíveis planos, carreiras e mobilidade social, ou não menos importante, para uma rotina sadia e prazerosa.

A prática esportiva ou períodos destinados ao lazer, são fundamentais, possibilitam, por exemplo, uma socialização primária de forma positiva, acrescida de valores que proporcionarão a curto e longo prazo benefícios à dinâmica de vida das crianças

Segundo Dayrell, a sociabilidade é

uma dimensão presente na condição infanto-juvenil, tem uma série de aspectos que sinaliza sua centralidade na trajetória de vida dos indivíduos e que se desenvolve nos grupos, nos espaços institucionais como na escola, na igreja e no trabalho (2007, p. 1109).

Não somente nos espaços citados acima, a sociabilidade acontece principalmente nos momentos de lazer e diversão.

O autor indica que “a turma de amigos é uma referência nos seus cotidianos, é com quem trocam experiências, se afirmar, criam sentimentos, fixam similaridades e diferenças com relação ao outro” (DAYRELL, 2007, p. 1115).

A sociabilidade expressa uma dinâmica de relações,

com diferentes gradações, que distingue aqueles mais próximos, ou mais distantes, assim como todas as inconstâncias de afastamento e aproximação na mobilidade entre várias turmas e galeras” (DAYRELL, 2007, p. 1117).

Ela “acontece na rotina do cotidiano, no momento do dever e da obrigação, no deambular pela rua, nas idas e vindas ao colégio, a igreja e de outros espaços institucionais” (DAYRELL, 2007, p. 1119), porém, de forma mais enfática e assimiladora, ela acontece nos espaços de recreação, de práticas de esporte e espaço de descontração, lazer e cultura.

Segundo Dayrell:

A sociabilidade pelo esporte tende a responder as necessidades das crianças e adolescentes, no âmbito não só biológico, referente ao bem estar do corpo e da saúde, mas da comunicação, dos laços de solidariedade, da democracia, da autonomia, das trocas afetivas e principalmente, da identidade (2007, p. 1119).

A partir dessa discussão, indica-se a importância do direito ao esporte e lazer, bem como seu valor na primeira infância, no desenvolvimento da criança e do adolescente, permitindo novas interações sociais.

Não somente no aspecto da socialização, a prática de atividade é assertiva também nas questões de saúde – tanto física quanto psíquica – pois provoca:

efeitos antropométricos e neuromusculares, como a diminuição da gordura corporal, incremento da densidade óssea e da flexibilidade, efeitos metabólicos como diminuição da pressão arterial, melhora a sensibilidade a insulina e efeitos psicológicos como a melhora da autoestima, melhora da

imagem corporal, diminuição do stress e da ansiedade, melhora da insônia e melhora das funções cognitivas e da socialização (MATSUDO,1999, p. 20).

Para além da referência à saúde, a prática de esportes deve ser administrada em espaços estruturados para tal fim, possibilitando uma atividade segura e confortável.

Entendemos que locais próprios para que as atividades possam acontecer de forma sadia e produtiva, são os que possibilitam que as crianças e adolescentes interajam potencializando suas ideias, com supervisão de professores e/ou profissionais da área, seguindo as regras do grupo, de maneira respeitosa e educativa.

É nesses termos que o esporte pode ser concebido como atividade essencialmente educativa, além de possibilitar a geração de novos hábitos e servir como “gasto de energias” para as crianças e os adolescentes.

No PACE, em um universo de 460 famílias em 2011, mais 73% eram residentes em favelas e ou áreas desprovidas de infraestrutura, já em 2015 esse número aumentou para 76,52%, num total de 284 famílias. (Tabela 1).

Moradia			
Ano	Qnt. Famílias	Favelas	Outras áreas
2011	460	73,59	19,37
2015	284	76,52	20,22

Tabela 1

Por isso, é necessário destacar a importância da existência de locais próprios e adequados a receber estes indivíduos para o desenvolvimento de atividades esportivas, pois muitas das famílias que buscam a instituição residem em favelas ou em outras áreas historicamente desprovidas de infraestrutura não apenas para a realização de esportes e atividades de lazer, mas também carecem de aparelhos e serviços destinados a garantir os direitos mais elementares desses cidadãos.

Nesse sentido, de acordo com Gomes e Fernandes, as favelas “têm se configurado historicamente como a possibilidade de moradia mais recorrente para as

populações pobres” (2008, p. 46).

Nas favelas não há estrutura em diversos aspectos. As ruas em sua grande maioria não possuem numeração, a eletricidade ou rede de esgotos são precários, além da carência de serviços básicos da Administração direta e indireta, incluindo a assistência, saúde e segurança.

Não podemos, contudo, sinalizar que apenas nesses locais existam e se legitimem a violência, criminalidade e tráfico, muito menos que todas as favelas se configurem da mesma maneira.

Para Gomes e Fernandes (2008, p. 48),

embora a dicotomia entre asfalto e favela possa parecer contundente a partir da intensificação do tráfico de drogas nestas últimas, projetando-as no imaginário popular como lugares perigosos, a análise das relações entre distintas áreas da cidade e do conjunto de atores envolvidos no processo de urbanização das favelas permite repensar a questão da cidade partida, uma visão binária e um pouco maniqueísta de dois fragmentos da cidade, reflexos de uma sociedade de extremos onde o rico é cada vez mais rico e o pobre cada vez mais pobre (MARTIN et al, 2001).

Ressaltamos, aqui, que a violência, a criminalidade e o tráfico de drogas são experiências recorrentes no cotidiano de muitas das famílias inseridas no PACE, experiências das quais estes sujeitos buscam se distanciar.

Partimos do entendimento de que as implicações na saúde, na segurança e na introdução de novos hábitos que a realização de atividades físicas – em condições próprias e adequadas – tem sobre a rotina das crianças e adolescentes, tem desdobramentos importantes nos outros membros da família. Por isto, o objetivo deste trabalho é entender quais são as mudanças possíveis através da prática esportiva e qual é sua repercussão na dinâmica de vida das crianças, adolescentes e de seus familiares.

2 FAMÍLIA E O PROJETO ACM CRIANÇA NO ESPORTE

Buscamos nesse trabalho observar as interseções entre o esporte praticado pelas crianças e adolescentes no PACE e o alcance dele na dinâmica familiar.

Para além das referências à Infância e Juventude e a prática esportiva e lúdica, pretendemos nesse capítulo exemplificar o projeto o qual esse trabalho se refere e em sua continuidade, sistematizar os contornos do significado de família.

Iniciaremos com os principais aspectos da ACM e do PACE e posteriormente quais seriam as bases históricas, a formação, as raízes e transformações geracionais das famílias inseridas nesse projeto.

Dando continuidade ao exposto inicialmente na introdução desse trabalho, a Associação Cristã de Moços (ACM) é uma instituição de Assistência Social sem fins lucrativos,

que possui certificado do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) e de Utilidade Pública Federal. (Macedo, 2012, p. 183).

A Instituição se mantém a partir das mensalidades dos associados, em 2012 eram 3.200 pagantes, porém esse montante era e continua sendo insuficiente para pagar impostos devidos. A partir daí a Instituição destina 20% da sua receita bruta em projetos sociais para obtenção da cota patronal (ISS e imposto de Renda), IPTU, e descontos em contas de consumo de água e luz.

Para melhor esclarecer a ACM, Macedo destaca alguns aspectos do estatuto da Instituição. Em seu conteúdo retrata que

A Associação Cristã de Moços do Rio de Janeiro se constitui como pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos. A Associação Cristã de Moços tem por objetivo o aperfeiçoamento das condições morais, espirituais, sociais, intelectuais, físicas e de assistência social as crianças, jovens e adultos, através de suas atividades beneficentes, de assistência social, desportivas, recreativas, culturas e sociais, e cursos e palestras nas áreas afins, bem como, de cursos de aperfeiçoamento profissional de menor aprendiz, pré-escolares, e escolares, de ensino fundamental, cada um em benefício do ambiente da família e da comunidade. A entidade presta serviços assistências sem discriminação de etnia, gênero, orientação sexual ou religiosa, bem como a pessoa com deficiência (Macedo, 2012, p. 184 in pud Estatuto da ACM, 2006).

No Rio de Janeiro a ACM possui três unidades independentes: a Lapa, Engenho de Dentro e Ilha do Governador.

O setor de Serviço Social possui atualmente uma profissional da área que atua nos projetos sociais e supervisiona duas estagiárias de Serviço Social da UFRJ.

Essa profissional se reporta a Coordenadora administrativa, que é formada em Serviço Social.

Os projetos sociais existentes atualmente são o PACE, que conforme Macedo o descreve,

insere usuários entre 06 e 18 anos, com risco e vulnerabilidade social, nos esportes oferecidos, trabalhando a disciplina, socialização no contato com crianças e adolescentes de outras realidades sociais, trabalho em equipe, bem-estar físico e mental. (Macedo, 2012, p.184)

Há ainda, o Projeto Psicofamiliar, que presta suporte ao PACE através de atendimento com Psicóloga voluntária, e o Projeto Terceira Idade, que insere idosos a partir de 60 anos em aulas de alongamentos e atividades socioculturais.

Este trabalho se deterá no Projeto ACM Criança no Esporte, não se atendo aos demais projetos da Instituição.

Para contextualizar esse trabalho, traremos uma breve narrativa sobre a história do projeto.

Conforme indica Macedo,

desde a sua criação em 1973, a ACM/Ilha foi considerada uma associação sem fins lucrativos, de cunho assistencialista e filantrópico, isenta de vários impostos. A implantação do trabalho de desenvolvimento social começou com o trabalho assistencialista e filantrópico das esposas dos diretores da instituição, através de doações para orfanatos, creches e asilos. Ainda na década de 70, foi criado o Clube de menores, em parceria com uma Escola Municipal, onde os melhores alunos faziam esportes gratuitamente na Instituição. Para atender esta demanda, foi criado o Setor de Desenvolvimento Social, sem embasamento teórico algum e nem profissional qualificado para tal. (Macedo, 2012, p.185)

Na década de 80, Macedo aponta que fora contratada uma assistente social que passou a atuar no projeto Família, atualmente chamado de PACE.

Dando um salto para 2005, Macedo aponta que

na ocasião da implementação da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema único de Assistência Social, o trabalho foi estruturado de acordo com essas políticas, com o Código de Ética, a Lei de Regulamentação da Profissão e a lei Orgânica da Assistência Social. Foram criados critérios de ingresso nos projetos, realização de entrevistas socioeconômicas com os usuários, desligamento dos que não possuíam perfil, organização de planilhas para controle de frequência, tomou-se conhecimento da realidade da instituição e dos usuários. (Macedo, 2012, p.185)

Após essa reformulação do projeto, a demanda de usuários aumentou consideravelmente, relata Macedo, sendo assim insuficiente o número de

profissionais qualificados lidando com o projeto, impactando diretamente no acompanhamento desses usuários.

Para Macedo, a Assistente Social que atuava no projeto e que se tornou a Coordenadora administrativa da sede,

o Serviço Social não é mero executor das políticas sociais, ele se insere de forma contraditória nestas porque responde a demandas reais, mas por outro lado, legitima o capitalismo, a acumulação. (Macedo, 2012, p. 189).

Tendo em vista essa breve narrativa da ACM e do PACE, percebemos o quanto ele vem carregado de suas raízes assistencialistas, de cunho paternalista, filantrópico e moralista

Muitos profissionais que lidam com os usuários, sejam os professores de educação física, ou os coordenadores da instituição possuem a mentalidade inicial do projeto, de vitimização dos usuários, tidos como carentes e sujeitos passíveis de ajuda e benesses por parte de almas caridosas e espirituosas, imprimindo ao projeto um viés muitas vezes de controle e mudança comportamental.

A equipe do Serviço Social, sendo a Assistente Social e as estagiárias são, dentro dessa instituição que perpetua a imagem de benevolente, voluntariosa e ajustadora, as únicas que identificam a inserção no esporte, e seus desdobramentos um aspecto de direito aos usuários, usuários esses que também reproduzem a ACM como caridosa, ao passo que possibilita a eles atividades que os mesmos não poderiam custear e manter.

Nessa evolução, foi possível destacar mudanças no Serviço Social, anteriormente forte reprodutor do viés assistencialista, e atualmente crítico e embasado, voltado para o Projeto Ético-político da profissão.

Infelizmente a ACM não se constitui exclusivamente do Serviço Social, muito pelo contrário, esse é minoria em toda a Instituição, logo, os encontros são árduos e muitas vezes, o burocrático e arcaico se sobrepõe as novas ideias e novas atuações.

O Serviço Social atende as demandas que chegam de forma pontual, as condições de atuação e os recursos são comprometidos visto que o atendimento é, ainda hoje, focado em critérios de elegibilidade, pois o serviço não é universal, não se tem um trabalho de acompanhamento e reprodução dos usuários, não há uma rede de atendimento.

O projeto tem a perfil de inserção, mas não garante acompanhamento e nem

continuidade.

Muito já foi conquistado, mas percebemos que a estrada que o Serviço Social precisa trilhar ainda é bem extensa e conflitante para que o PACE deixe de ser meramente um projeto para incluir, e passe a ser um projeto de inclusão, acompanhamento, reprodução e manutenção dos usuários e suas famílias.

Já iniciando a discussão a cerca de família, temos nesse trabalho ela com ator fundamental de discussão, sendo o ponto de destino das ações decorrentes da inserção de suas das crianças e adolescentes à prática esportiva.

Entendemos a família como primeiro agente de socialização do indivíduo tendo essa, uma contribuição fundamental a dar na dinâmica da vida das crianças e adolescentes, possibilitando ou não, acesso a educação, saúde, segurança, renda, buscou-se enfatizar a importância da mesma no processo de mudança ou permanência de contexto social, articulando a inserção de crianças e adolescentes em atividades esportivas e suas diferentes interações.

Para pensar nesse agente fundamental, que é a família, nessa instituição tão personificada e carregada de responsabilidades, buscou-se analisar e compreender as profundas modificações que ocorreram com o grupo familiar.

Se, atualmente, as famílias possuem uma composição bem diferente do que há alguns séculos atrás, isso acontece porque a sociedade está em constante mudança e, na medida em que os indivíduos se transformam, também transformam a sociedade, assim como o inverso. Logo, para cada período histórico, temos também uma gama de valores culturais que vão nortear a sociedade, e essa delegará funções, papéis e perfis a essas famílias.

Destacou-se uma cronologia, verificando as mudanças na família na contemporaneidade e ao longo do século XX.

Na sociedade moderna como o crescimento da indústria, da globalização, das atividades de mercado e capital, a mulher para além de manter sua figura de base da família, passa a desempenhar um papel mais efetivo na economia do lar, se vê dividida entre esposa, mãe e trabalhadora.

Mesmo passando a atuar efetivamente na obtenção de renda para sua casa, a mulher permanece em situações desiguais com a dos homens, e isso se reproduz até os dias atuais.

As famílias foram alterando suas raízes, para se adequarem às demandas e

assim terem possibilidades de se manter e reproduzir no sistema capitalista. Os papéis perderam sua força, os membros da família reorganizaram as responsabilidades e as tarefas cotidianas.

Até mesmo a legislação redefiniu o conceito de família – de uma concepção legal estreita sobre a família, em que só cabia um modelo de família legitimada pelo casamento com predominância do poder paterno, passa-se a algo mais próximo as práticas sociais vigentes, considerando que, família é a união estável entre homem e mulher ou qualquer dos pais e seus descendentes.

Todos esses níveis de mudanças corridas na família ao longo da História, e suas essas modificações responderam a aceitação de novos valores, posturas e conceitos que ultrapassaram as expectativas criadas anteriormente.

Um conceito largamente difundido é de que essa instituição é responsável pela socialização primária, realizada no afeto e carinho por membros que se respeitam mutuamente. Esse perfil utilizado impossibilita a percepção da família “como instituição social que está atravessada por relações de poder e dominação, como as demais em nossa sociedade” (MORGADO, 2012, p. 111).

Faz-se necessário dissolver esse conceito tão impregnado de valores para que se permita o entendimento dessa instituição, suas transformações e as implicações no cotidiano familiar de seus membros.

As alterações ocorridas nos papéis destinados aos homens e mulheres, pais e mães trouxeram consigo tensões, que se refletirão permanentemente na família. A família assim, deixa de ser local exclusivo “da manutenção dos Valores para enfocá-la, também, enquanto lócus de apreensão dos cursos da mudança” (RIBEIRO E RIBEIRO, 1994, p. 44).

Alguns argumentos utilizados mais comumente para exemplificar as transformações familiares, giram em torno das mudanças nos padrões de comportamento, desde o aumento de novos tipos de uniões entre os sexos, declínio da fecundidade, aumento das mães solteiras e de separações e divórcios, novos padrões de sociabilidade e relações de gênero, até a participação de mulheres, crianças e adolescentes no mercado de trabalho formal e informal.

Alguns valores, mesmo no correr das transformações, persistiram. A moralidade diferente entre os sexos, o sentimento de posse do homem sobre mulher, a condenação do adultério feminino e o machismo se arrastam desde outros

momentos históricos.

Percebemos que a família comporta em si uma gama de significações e conceitos, com indivíduos de sexos diferentes, com idades distintas, que ao se relacionarem no seu cotidiano geram emoções contraditórias.

As esferas vividas nesse ambiente familiar são concomitantes positivas e conflitantes.

A dominação e submissão exercidas dentro do grupo criam aspectos de privilégios, com direitos e deveres dentro desse espaço familiar, e mesmo após alterações nos papéis dos membros no decorrer da história, percebe-se ainda a “idealização dos papéis de provedor, cuidadora e protegidos, atribuídos ao homem/pai, à mulher/mãe e às crianças/filhos” (MORGADO, 2012, p. 122), parâmetros esses que explicam a ideia “de que as relações sociais familiares comportam permanências e mudanças” (MORGADO, 2012, p. 122).

Trabalhando com a questão de permanência, destacamos a idealização de família fortemente engendrada na sociedade, a internalização dos papéis a serem adotados por cada indivíduo, a maneira como cada membro formula a própria função a ser desempenhada e posteriormente os inúmeros sentimentos de fracasso na concepção criada socialmente.

Para Goldani (2013), o arranjo familiar ainda mais comum é o de casal com ou sem filhos, porém famílias monoparentais, chefiadas somente pela mãe ou pelo pai têm crescido a um ritmo bem mais intenso. Em suas análises, há ainda dados estatísticos de famílias de apenas um membro, ou de membros sem laço de parentesco. Com as mudanças demográficas e econômicas, Goldani (2013) também cita alterações com relação ao tamanho das famílias, que no decorrer da história foram diminuindo de tamanho com relação aos descendentes, e passaram a agregar outros membros e parentes.

Através de um recorte por classe e renda, percebe-se que nas famílias das camadas populares, são suas precárias condições de vida que majoritariamente responderiam por sua estrutura, ou seja, tamanho e organização interna.

Nesta perspectiva as famílias mais pobres, sobretudo das periferias urbanas, vão se formando, expandindo e contraindo dentro de um quadro de precariedade de condições de vida que definem assim suas opções.

Famílias que “fogem” do padrão burguês, principalmente as que se encontram

em situação de vulnerabilidade social, que vivenciam outros ajustes, que apresentam outros arranjos e modelos, essas por não seguirem a concepção idealizada de família acabam gerando percepções de desajustes e incompetência.

A família é identificada como ator que participa efetivamente no processo de socialização da criança e do adolescente. No entanto não podemos nos ater exclusivamente a essa visão de família, pois acabamos por responsabiliza-las e culpabiliza-las por todas as situações, independentes das mesmas não receberem subsídios para manterem seus membros.

De acordo com Hebe Signorini Gonçalves e Joana Garcia (2007):

Em lugar da visão da família como uma instituição sagrada, é necessário considerá-la uma instituição social, permeada pelos valores socialmente produzidos, que podem - ou não - indicar proteção, fomentar auto-estima e fortalecer as conexões dos indivíduos com a sociedade. Todas essas considerações são necessárias para que se supere a concepção de que as famílias em condição de pobreza são responsáveis pela degradação moral de seus membros e pelas conseqüências supostamente relacionadas a essa degradação, entre elas a situação de rua, a drogadição e a criminalidade (GONÇALVES E GARCIA, 2007, p. 541).

Já nas camadas médias, não seriam as restrições materiais que responderiam necessariamente pelas formações alternativas.

Estes arranjos estariam relacionados com a insatisfação com o modelo hegemônico em um contexto de abertura no leque das opções individuais e estilos de vida.

Existem novos modelos interpretativos buscando analisar as mudanças nas famílias, “argumentando que através do tempo as sociedades teriam se tornado cada vez mais diferenciadas socialmente e com instituições substitutivas das originais funções familiares” (GOLDANI, 2013, p. 12).

Há uma complexidade dos fatores associados às mudanças na organização dos arranjos domésticos familiares e nas dificuldades de interpretação dos mesmos. Dificuldades que começam com a própria noção de família e de sua dinâmica cuja apreensão se torna difícil.

Serão feitas nesse trabalho citações e pontos de discussão baseados não só no modelo patriarcal burguês predominante, mas em todos os diversos tipos de arranjos e formas familiares pontuados acima.

No que tange as famílias da inseridas no projeto, muitas delas são

monoparentais, tendo apenas a mulher/mãe como responsável e provedor. Outras famílias são formadas por Avós e seus netos, Outros arranjos são constituídos por crianças e adolescentes que são criados por irmãos, tios e primos. Há também o conjunto formado por pai, mãe e filhos.

Não foi possível identificar o percentual desses tipos de arranjos familiares, essa percepção foi tida através das entrevistas feitas pela equipe do Serviço Social.

O que se destacou concretamente em ambos os Perfis de usuários, de 2011 e 2015, e no Impacto Social 2014 é que a mulher/mãe ou mulher/avó é o elemento de maior responsabilidade para a inserção e manutenção dos usuários no projeto.

A mãe, em ambos os anos de referência, possui mais de 83% de visibilidade quanto a busca e permanência no projeto, já as avós ficam em segundo lugar e os pais/homens ficam em terceiro, tendo por base que em 2011 o projeto possuía 680 usuários inseridos nas 460 famílias atendidas, e no ano de 2015 a referência eram 409 crianças e adolescentes dentre as 284 famílias assistidas no PACE (Tabela 2).

Perfil do responsável				
	Qnt de famílias(2011)	%	Qnt de famílias(2015)	%
Mãe	397	86,30	238	83,80
Pai	26	5,65	23	8,10
Avó/avô	23	5,00	20	7,04
Tio (a)	5	1,09	3	1,06
TOTAL	460		284	

Tabela 2

Identificamos que a família, sendo ela representada pela mãe, pai, avós e tios, exerce um papel importância na garantia de acesso ao programa da ACM.

Segundo Carlos Eduardo Aguilera Campos e Joana Garcia (2007) a família passou a ser identificada de uma maneira menos moralista, sendo assim tratada pela esfera pública de forma distinta da que se via anteriormente.

Para os autores:

Legislações recentes que se seguiram à Constituição Federal de 1988 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Orgânica da Saúde (LOS) e Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) -, bem como programas de

âmbito nacional – Agentes Comunitários de Saúde, Saúde da Família, de Atenção Integral à Família e Bolsa Família, todos criados a partir da década de 1990 – enfatizaram a importância da instituição familiar como um ator político, sob uma perspectiva menos moralista e privatista do que até então predominava no imaginário cultural e nas intervenções sociais. Com esses programas, de âmbito federal, surgiram inúmeras experiências locais na área da assistência social, saúde, educação, que revisaram a participação da família no processo de socialização das crianças e nas atividades comunitárias (CAMPO e GARCIA, 2007, p. 98).

Baseamos esse trabalho nessa perspectiva, de não moralização. Há o entendimento das singularidades de cada arranjo familiar e na medida em que se viabilizava as oportunidades e subsídios, sejam eles provenientes do Estado ou de instituições privadas, como no caso da ACM, a família é tida como ator de muita importância no processo de socialização e de acesso ao esporte e lazer.

3 ESPORTE E SEUS DESDOBRAMENTOS

Das três temáticas fundamentais desse trabalho, duas já foram tratadas, sendo essas o Estatuto da Criança e adolescente e a Família.

Discorreremos, a partir desse capítulo, sobre o Esporte, o PACE e seus possíveis alcances.

Existe uma expectativa de que, “através de vivências esportivas, crianças e adolescentes adquiram conteúdos simbólicos e comportamentos “úteis” para suas vidas, bem como vislumbrem novas perspectivas de futuro” (DE CASTRO e SOUZA, 2011, p. 147).

Segundo artigo "Esporte e educação não-formal: as atividades esportivas como fator de inclusão social para jovens em situação de risco" de Mirja Jaksch Weller (2005), o esporte e conseqüentemente a sua prática são buscadas pois

(...)existem muitos discursos explicativos, (...), por exemplo, de que o esporte “ajuda a pessoa a ficar mais tranquila, mais disciplinada, mais motivada”, e assim por diante, parecendo existir muitas expectativas a respeito dos benefícios da prática esportiva” (WELLER, 2005, p. 2).

Muitas famílias ao buscarem a programa possuem expectativas a cerca do esporte e de seus alcances. Para Weller,

parece ser inerente ao esporte esta sua abertura para as mais diversas definições da sua função, o que se revela nas expectativas das pessoas que utilizam esta prática. O motivo desta situação pode ser visto no fato, de que o esporte, sendo prática de caráter social e cultural, poder expressar as mais variadas necessidades e particularidades tanto sociais e culturais de um determinado grupo social. Além disso o esporte é considerado um fenômeno histórico e político, refletindo assim transformações complexas de natureza histórica e ideológica (2005, p. 3).

Para Lovisolo e Soares (1993), as atividades organizadas e programadas são vistas pelas famílias como meios de realização para seus filhos. “Valores tais como a liberdade, a felicidade, o prazer, a conscientização do corpo, a transformação social, a realização do eu ou qualquer outro” (LOVISOLO e SOARES, 1993, p. 44), são aspectos mencionados pelos arranjos familiares, como interesses a serem alcançados por meio das atividades esportivas.

Muitas demandas são incorporadas a prática de esporte,

como, por exemplo, as demandas vinculadas à saúde, à estética, à recreação, ao divertimento e lazer, ao nacionalismo, entre outras. Percebe-se que são (...) estas demandas que vêm à tona nos discursos sobre os benefícios da prática esportiva (WELLER, 2005, p. 5).

Já no que tange as crianças e adolescentes, a motivação ao se envolverem com atividades esportivas “é em parte, consequência do esporte ter se tornado um bem importante na cultura cotidiana da sociedade contemporânea e por ser atraente em diversas culturas (...)” (WELLER, 2005, p. 5).

Essa é uma discussão bem atual, haja visto o período em que estamos passando de grande comoção pelas organizações de torneios e eventos mundiais de esportes sediados no Brasil, como a Copa do Mundo de Futebol que aconteceu no Brasil em 2014 e as Olimpíadas 2016 que acontecerão no Rio de Janeiro.

Na continuidade dos motivos que levam muitas crianças e adolescentes a buscarem o esporte, Weller (2005) contribuem nesta questão, destacando o fato de que eles

se orientam com grande ênfase pelo corpo e pelo movimento, porém muitas vezes de forma negativa, usando o seu corpo e a sua força como forma legítima de resolver conflitos. Segundo o autor é aqui que o esporte assume uma grande responsabilidade, ajudando a aprender a canalizar melhor a agressividade. (WELLER, 2005, p. 6)

Verificamos que na literatura “é consenso que o esporte pode ajudar também a aumentar a autoestima, contribuir positivamente no desenvolvimento da personalidade” (WELLER, 2005, p7), tornando-se assim um meio do qual a criança e o adolescente possam experimentar “comportamentos diferentes” (WELLER, 2005, p. 7).

Ainda nesse sentido, o esporte

pode ser um meio para treinar a consideração para com o outro, o jogo limpo e franco e a capacidade de guiar as suas emoções por canais saudáveis. Oferece recursos também para desenvolver a capacidade de trabalhar em grupo e aprender a integrar-se socialmente (WELLER, 2005, p. 7).

Weller (2005) contribui nesta análise dos possíveis benefícios educacionais do esporte e seus prováveis resultados, indicando que é possível

uma maior auto-confiança e com isso maior otimismo e resistência na hora de precisar lidar com situações negativas e/ou difíceis; uma maior integração social, mais amigos e a realização de um lazer saudável; uma maior capacidade de construir e manter um sistema de valores e de normas; e maior possibilidade de fazer a experiência de compreender a si mesmo, de produção e da própria capacidade, quando isso já não é mais possível através de outros processos educacionais. Ou seja, a experiência não somente do movimentar-se, mas da produção de movimentos, situações e gestos, da compreensão de si mesmo do outro e da atividade esportiva e a possibilidade de dimensionar as suas próprias capacidades (WELLER, 2005, p. 8).

De Castro e Souza, em seu trabalho "Significados de um projeto social esportivo" (2011) fazem uma análise do projeto Esporte em Ação - Núcleo Vila Torres, Curitiba/PR, a partir da percepção de alunos, pais de alunos e profissionais envolvidos com o projeto.

Nesse estudo elas apontam as expectativas e desejos das famílias e dos usuários quanto a inserção no esporte.

Elas indicam que,

enquanto as ruas e, em alguns casos, as famílias da Vila³ são tomados como negativos para o processo de formação de crianças e adolescentes, o projeto é percebido por profissionais e por alunos e seus familiares como um espaço capaz de promover "socialização positiva" e diferentes tipos de aprendizagem (DE CASTRO e SOUZA, 2011, p. 148).

Na continuidade de seu trabalho, De Castro e Souza (2011) fazem referência à ligação, mesmo que involuntária, do esporte e do desempenho escolar. Elas dizem que:

Embora o projeto não tenha o objetivo de promover reforço escolar, e embora nenhum dos profissionais entrevistados tenha alegado que vise promover o desenvolvimento acadêmico dos alunos, todas as mães e alguns dos alunos entrevistados percebem o EAVT como um espaço que auxilia no desempenho de tarefas escolares (DE CASTRO e SOUZA, 2011, p. 149).

Nas suas considerações finais as autoras apontam que, "o projeto EA-VT tem significados importantes na vida de seus alunos e pais de alunos. Diante da realidade em que vivemos este projeto, entre outros, se fazem necessários" (DE CASTRO e SOUZA, 2011, p. 150).

³ Local onde se passa o projeto Esporte em Ação - Núcleo Vila Torres, Curitiba/PR

Para as autoras, o projeto Esporte em Ação - Núcleo Vila Torres (EA-VT) é percebido por todos, inclusive os profissionais, mães e alguns participantes que foram entrevistamos como

um espaço que protege crianças e adolescentes de "coisas que não prestam", "más influências" e da violência das ruas. O EA-VT é também percebido como um espaço que propicia diferentes tipos de aprendizagem, como por exemplo, apoio escolar, iniciação e/ou aperfeiçoamento esportivo, desenvolvimento de valores, melhoria de comportamento e preparação para o futuro. Para as crianças e adolescentes, o mesmo significa principalmente diversão, brincadeiras, oportunidades para estarem com seus pares e para se envolverem com atividades que consideram prazerosas, tais como práticas desportivas e passeios (DE CASTRO e SOUZA, 2011, p. 151).

Todos esses posicionamentos se assemelham aos casos das famílias e usuários inseridos no PACE e puderam ser percebidos nas entrevistas sociais realizadas pela equipe do Serviço Social da ACM, bem como nos dados verificados no Impacto Social (2014) e Perfis Sociais (2011 e 2015).

Alguns dados quantitativos e qualitativos do Impacto Social de 2014 e dos Perfis de 2011 e 2015 foram observados e serão expostos para dar embasamento à alguns informações a cerca de quantidade de usuários e famílias atendidas pelo programa, o percentual de crianças e adolescentes inseridas em escola pública, bem como os principais locais de moradia e a media de renda per capita das famílias do PACE.

Para além de dados referentes a quantidade, serão expostos os principais aspectos de mudanças observados pelas famílias, as motivações e interesses que as levaram buscar o programa da ACM.

Verificamos que dentre as razões que levavam as famílias a se inscreviam no projeto, alguns eram recorrentes.

A base de todas as motivações eram possibilitar novas experiências para seus filhos, netos e/ou sobrinhos, tendo em vista que muitos residiam em favelas ou locais pouco assistidos de infraestrutura, o que em sua grande maioria não possuem locais próprios para a interação, nem tão pouco para prática de atividades esportivas e recreativas.

Verificamos aqui um ponto de interseção dos dois projetos, pois em ambos, as famílias atendidas residiam em locais pobres e com pouco investimento público.

Outro aspecto largamente cogitado pelas famílias se referia sobre a saúde.

Muitas famílias buscavam o projeto com o intuito de minimizar doenças e outros problemas.

A saúde, conforme já discutido nesse trabalho, é diretamente afetada de maneira positiva por uma prática esportiva bem orientada.

Muitos responsáveis buscavam o projeto com intuito de melhorar a saúde de seus filhos.

Conforme consta no Impacto Social de 2014, das 360 famílias inseridas no projeto, 33,5% informaram que perceberam mudanças consideráveis na saúde da criança/adolescente inserida no PACE.

Já, 46,2% dos responsáveis alegaram que os usuários ficaram mais comunicativos, mais responsáveis, menos agitados e mais pacientes.

Os responsáveis relatam que perceberam mudanças na disciplina escolar. Eles nos informaram que sentiram maior comprometimento das crianças/adolescentes com horário e melhora no comportamento.

Vale ressaltar que em meio aos 680 usuários inscritos no projeto em 2011, 71,32% estavam matriculados na rede pública de ensino, já em 2015, das 409 crianças/adolescentes inseridas no PACE 74,82 % estudavam em escolas públicas. (Tabela 3).

Relação de escolas públicas x escolas privadas				
	Ano	%	Ano	%
	2011		2015	
Escola Pública	485	71,32	306	74,82
Escola Particular	165	24,26	103	25,18
Não estuda	30	4,41	0,00	
Total de usuários	680		409	

Tabela 3

Assim como no projeto de Curitiba, no PACE essa questão alteração de comportamento também se fez muito presente.

Não deixando de valorizar a importância no esporte e os benefícios decorrentes de sua prática, temos que verificar a sua real abrangência.

Até que ponto ele é capaz de possibilitar mudanças e quais suas limitações.

Para que isso aconteça, não se pode ter apenas uma visão positiva, voltada somente um lado, caso contrário o estudo não gera uma crítica verdadeira.

Assim eu percebo o estudo realizado no projeto de Curitiba.

A partir do momento que a única lacuna observada pelas famílias e pelos profissionais no projeto EA-VT refere-se majoritariamente a dificuldade de traslado, de segurança no trajeto para ir ao projeto e o retorno para suas casas.

Também não podemos deixar de ponderar que, embora projetos sociais como o EA-VT sejam entendidos como espaços seguros quando comparados às ruas, a participação nos mesmos, para muitos, depende de uma avaliação de riscos, principalmente na questão do trajeto até o local das atividades. Existe, portanto, uma demanda de políticas públicas no sentido de se garantir a segurança pública para que as crianças e adolescentes possam frequentar o projeto (DE CASTRO e SOUZA, 2011, p. 152).

Percebemos que esse trabalho de Curitiba não apresentou amplamente todos os aspectos envolvidos, não tendo bases verdadeiras.

Esse trabalho de conclusão de curso surgiu desse mesmo tipo de avaliação equivocada por nossa parte. Entendemos que, assim como o projeto em Curitiba, o PACE era algo fora da realidade da comunidade no qual estava inserido.

Com falhas pontuais e rasas, das quais colocávamos facilmente de lado devido a nossa conceituação de amplitude do projeto, entendíamos o projeto como extraordinário.

Não podemos negar o quanto o esporte se faz importante na dinâmica das crianças e adolescentes inseridas no PACE e conseqüentemente em suas famílias.

Todos os aspectos a cerca de saúde, educação, socialização, lazer, autoconhecimento, aceitação, novas interações e vários outros aspectos já destrinchados nesse trabalho apontam para os benefícios da prática esportiva.

Porém, para sair da nossa avaliação superficial foi preciso entender que o projeto possui falhas e que a prática de esporte não é em si somente responsável por todas as mudanças na sociedade.

Caso contrário, bastaria a nós inserir todos os indivíduos na prática de esporte e teríamos uma sociedade livre de todos os abismos e defeitos.

Segundo. Weller,

diferentes grupos de profissionais e intelectuais defendem valores

contrapostos, e cada grupo considera as elaborações adversárias, pensadas por vezes como inimigas, como fonte de erro ou de ideologia a serviço dos opressores (...) (WELLER, 2005, p. 8).

Na continuação de seu artigo, Weller alega que

são mais estas demandas que vêm a tona nos discursos sobre os benefícios da prática esportiva e menos as suas reais possibilidades. Neste sentido, se destacam as atividades esportivas com jovens pobres da periferia. Para esta população o esporte é apresentado euforicamente pela mídia como fator preventivo da criminalidade, como saída da marginalidade, como um espaço democrático de igualdade predestinado a possibilitar o aprendizado e exercício da cidadania e também como ajuda para manter a ordem social, ensinando o respeito, a obediência e a disciplina, assumindo assim uma função social, muitas vezes de controle social (WELLER, 2005, p. 8).

Aspectos sobre diminuição da agitação, melhor no comportamento e aumento do desempenho na escola foram indicados pelas famílias quanto às mudanças percebidas.

Não devemos buscar essas mudanças para fins de ajustar os usuários, porém muitas vezes o PACE tem esse direcionamento, mesmo que indiretamente, de pregar valores moralistas de repressão e ajuste da classe pobre trabalhadora a ordem capitalista.

Outro aspecto comumente citado nos dois projetos, de Curitiba e da ACM é o fato de que locais próprios à prática de esporte, com equipamentos e professores para orientação dos movimentos garante a retirada das crianças e adolescentes dos locais de risco onde residem.

Essa fala é no mínimo generalista o que possivelmente acaba gerando muitos erros.

Não podemos afirmar que nesses projetos não tenham assim como em todos os outros locais (e não somente nas favelas e áreas mais pobres) situações que envolvam violência, criminalidade e uso de drogas.

A ACM dentro de seu alcance possibilita a inserção na instituição, porém não há mecanismos para a manutenção desses usuários no projeto.

No estudo sobre o EA-VT de Curitiba não foi informado sobre desistência e suas possíveis causas, mas no PACE percebemos que as famílias deixavam de fazer a renovação, muitos usuários param de comparecer as atividades ou faltavam bastante.

Os responsáveis relataram à equipe do Serviço Social que as principais causas dessa rotatividade era a falta de recursos para o transporte, falta de renda para custear os uniformes das atividades e alimentação no local.

Verificamos que o intuito do projeto, de inserir crianças e adolescentes na ACM para a prática de esporte e desenvolvimento através dele, deixava de ser cumprido a partir do momento que não garantíamos o acesso, manutenção e reprodução desses usuários no projeto.

Não há dados quantitativos que baseassem essa constatação, identificamos essa lacuna do projeto a partir da fala das famílias, que de acordo com seus momentos atuais regressavam para a ACM e apresentavam nas entrevistas de inserção as causas de suas saídas prematuras.

O intuito desse estudo é entender o alcance que o esporte tem, a partir do momento que as crianças e adolescentes são inseridas na prática esportiva do PACE.

Não podemos, contudo sinalizar que o PACE não tem seus aspectos positivos, conforme apontados nesse capítulo, não só o programa da ACM, mas o de Curitiba também possibilidade acesso ao Esporte, o que traz em si uma gama de adjetivos assertivos, mas em meio aos aspectos bons, não podemos negligenciar as falhas, justamente para que se possa atuar e buscar minimizar as lacunas.

O PACE é um programa de cunho assistencialista, que indiretamente possibilita a manutenção da Ordem. Trabalha com o direito ao Esporte, cultura e lazer como um benefício dado a população.

Esse viés só poderá acabar quando o Estado passar arcar com as responsabilidades inerentes a ele, o que vai contra a Ordem Capitalista de Estado mínimo para o social, dessa forma, continuaram se reproduzindo esses projetos como o EA-VT e o PACE.

Infelizmente eles precisam existir para possibilitar o que é negligenciado.

Entendemos a partir daqui que a ACM e o PACE não são, conforme o nosso imaginário inicial, perfeitos. Eles são necessários.

Visto isso, devemos buscar diminuir as falhas verificadas no programa.

A partir do momento que entendemos os usuários atendidos e suas dificuldades, devemos elaborar um projeto que atenda a eles de maneira efetiva.

Não basta tão somente possibilitar a inserção, tem que garantir a manutenção e reprodução desses usuários.

Esse estudo fomenta essa discussão de reformulação. Para que isso possa acontecer, a Equipe de Serviço Social juntamente com a Administração da ACM, necessita elaborar instrumentos para entender as reais demandas dos usuários inseridos no PACE para verdadeiramente atendê-los.

CONCLUSÃO

Considerando o exposto até aqui neste Trabalho de Conclusão de Curso, faz-se necessária a apresentação dos principais elementos analisados tendo em vista a importância dos mesmos como recursos base para fundamentar o debate sobre a inserção de crianças e adolescente no esporte e suas possíveis interações. Nosso esforço foi o de expor o esporte como ator principal numa discussão que engloba direito, família e múltiplas direções.

Nossa proposta iniciou-se com uma análise dos documentos institucionais da Associação Cristã de Moços (ACM), o Impacto Social (2014), passando para o estudo dos Perfis Sociais (2011 e 2015), nesses documentos foi possível iniciar a construção do perfil dos usuários atendidos pelo Projeto ACM Criança no Esporte, bem como entender os motivos que justificaram a busca dessas famílias pelo PACE. Para acrescentar esse trabalho, foram absorvidas algumas situações vivenciadas na minha prática como estagiária do projeto, bem como das discussões dessa minha atuação, que se desenrolava na disciplina de OTP na área da Infância e Juventude do curso de Serviço Social.

Nessa direção, foi possível iniciar uma visão acerca da ACM e do PACE, o real alcance do esporte como agente de mudança, o papel da família como principal instrumento de acesso a esse direito, bem como a busca por essa inserção motivada por diversos aspectos, principalmente no âmbito da saúde, de novas interações sociais, do desenvolvimento e ampliação de aspectos pessoais das crianças e adolescentes.

Como já mencionado nesse trabalho, percebemos a ACM como uma instituição que executa uma ação positiva à população, ela supre o que deveria ser disponibilizado pelo Estado através de políticas públicas, porém mesmo com um projeto que se destine ao atendimento de crianças e adolescentes pela inserção no esporte e a prática de atividade, a ACM, numa via de mão dupla, reverte para a Instituição a isenção de impostos, bem como se beneficia de um “marketing boca a boca” que lhe dá um “título” de local benevolente e caridoso aos olhos da população local, por esses aspectos percebo a ACM como uma instituição necessária para os usuários, porém reprodutora da ordem capitalista.

Vimos o Serviço Social como uma área que busca mudanças e que vem galgando um espaço dentro de uma instituição historicamente assistencialista e caridosa, porém a passos bem curtos. E que por muitas vezes, pela falta de recurso acaba por reproduzir a ideologia da instituição que é a inclusão pela inclusão, os usuários representando números a serem contabilizados para fins de dedução fiscal.

Na minha percepção como estagiária, a população atendida pelo projeto era bem acolhedora e percebia o Serviço Social de maneira positiva. Eram sempre muito respeitosos e nos momentos de conversa e/ou entrevistas tratavam a equipe até com certa reverência por “Senhora” e até “madame”.

A grande maioria das famílias inseridas no PACE residia nas favelas da Ilha do Governador e buscavam no projeto algumas opções que faltavam ou eram mal planejadas no seu cotidiano.

Conforme já mostrado, as principais motivações eram no âmbito da saúde, da socialização e novas interações sociais, bem como um espaço com estrutura e segurança para o lazer e esporte.

Dentro desses aspectos, a saúde se mostrou um ponto que é bem possível de ser atingido, haja vista que a prática esportiva bem orientada possibilita melhora no quadro da saúde das crianças e adolescentes e potencializa aptidões físicas.

No que tange à socialização e novas interações, percebemos nesse trabalho que o projeto não pode em si absorver toda essa responsabilidade. Nele não cabe toda essa premissa de socialização, pois crianças e adolescentes possuem suas particularidades, suas diferenças e gostos pessoais. Vimos que mesmo após ingressarem no PACE, algumas crianças/adolescentes saíam num curto espaço de tempo, pois não se sentiam confortáveis e nem prazerosos na prática de esporte. Como o projeto não possui nenhum outro tipo de entretenimento, como a música, arte ou leitura, percebemos que o esporte não alcança a totalidade dos usuários.

Levamos em consideração a larga adesão que o esporte tem, mas não podemos afirmar que ele é um fator unânime entre todos os envolvidos.

Uma questão bem cogitada nas entrevistas e que foi percebida no Impacto Social foram as alterações no comportamento, na postura e desenvoltura das crianças e adolescentes.

Muitas famílias pontuaram que perceberam mudanças de seus filhos no ambiente escolar e no dia a dia. As crianças e adolescentes passaram a entender

melhor sobre pontualidade, cooperação, companheirismo, se tornaram mais expansivos e desinibidos. Todos esses aspectos percebidos pelas famílias são um conjunto de ações iniciadas no projeto, em sua maioria, mas devem ter continuidade no ambiente familiar, nas outras dinâmicas da vida das crianças e adolescentes, caso contrário serão apenas pontuais e sem validade.

Por ser um projeto que não possui comunicação com a rede de atendimento local, o trabalho desenvolvido a partir do esporte deixa de ter um alcance mais enfático, pois sem o suporte da rede de assistência, saúde, educação, o projeto se destina meramente à inserção na prática esportiva e assim o finaliza.

Dentre os alcances do esporte, percebemos nesse trabalho que tão importante quanto permitir o acesso, a manutenção e reprodução também assim o são. No que tange à continuação no projeto, há uma lacuna quanto à entrada e continuação no PACE. Pois o Serviço Social não é capaz de prover os subsídios necessários para a manutenção dos usuários com maior dificuldade financeira.

Como uma ex-usuária do projeto, posso falar que a ACM foi um diferencial na minha dinâmica de vida. Conheci o esporte, me aperfeiçoei em algumas modalidades, conheci pessoas novas e diferentes das que estavam cotidianamente relacionadas a mim, porém, de maneira alguma posso generalizar minha participação positiva no projeto e garantir que todos os casos foram favoráveis.

A ACM, como uma instituição muito antiga, possui regras muito regimentadas, e que precisam ser revistas para que o projeto não se desmanche. A Instituição necessita remodelar o projeto. Pensando primeiramente no público que é atendido, nas suas reais necessidades.

Ao invés de pensarmos em quantidade de usuários inscritos, o mais correto seria pensar em qualidade de atendimento aos usuários. Uniforme padronizado e alimentação no local, seriam algo que não fugiria muito do que já se vê em outras instituições e outros projetos sociais.

Conforme dados apontados, nos Perfis Sociais e no Impacto Social, esses alcances são percebidos, porém, para que eles sejam mais contundentes, será preciso uma melhor apuração e formulação dos dados, anualmente, a partir dessa correta análise, seria iniciada uma reformulação do projeto, para que ele possa ser capaz de inserir e manter seus usuários no projeto.

Não seria obviamente essa uma resposta para todos os aspectos que o

projeto não alcança, muitas crianças e adolescentes não permanecem no PACE por decisões particulares, por falta de afinidade.

Conforme já mencionado, percebemos de maneira geral que a ACM e o PACE se fazem necessários, pois possibilitam a inserção de crianças e adolescentes no esporte, esporte esse que possibilita novas interações, gera mudanças e tem a capacidade de atingir as famílias inseridas, porém de maneira superficial e pouco expressiva.

Sem um escopo de manutenção e reprodução, na falta de uma rede efetiva de atendimento, o PACE se torna apenas mais um projeto no qual crianças e adolescentes entram e saem constantemente. Projeto esse que tem em si um fator tão lúdico como o esporte, mas que é mal utilizado e aproveitado apenas por alguns.

Esse trabalho não pode ser em si conclusivo, mas levanta aspectos que podem ser revistos e estudados pela ACM.

Finalizamos com mais perguntas, inquietações e angústias do que quando iniciamos, e com a certeza de que este trabalho está repleto de novas indagações e possíveis mudanças.

REFERÊNCIAS

AMARAL E SILVA, A. F. **Estatuto da criança e do adolescente: avaliação histórica.** *Educar em Revista* 15, 2004.

Cabral, Maria de Fatima Marques Gomes. **"Habitação e questão social-análise do caso brasileiro."** *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales* 9 (2005): 25.

Cabral, Maria de Fatima Marques Gomes. **"Sonhos urbanos e pesadelos metropolitanos: violência e segregação na cidade do Rio de Janeiro."** *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales* 7 (2003): 131.

CAMPOS, Carlos Eduardo Aguilera; GARCIA, Joana. **Contribuições para a supervisão dos programas sociais com foco na família.** *Revista Katálysis* 10.1, 2007, p. 95-104.

Carvalho, Quitéria Clarice Magalhães, et al. **"Violência contra criança e adolescente: reflexão sobre políticas públicas."** Ceará. 2008, p. 1-8.

DAYRELL, Juarez. **A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil.** *Educação e Sociedade* 28.100, 2007, p. 1105-1128.

DE CASTRO, Suélen Barbosa Eiras; SOUZA, Doralice Lange. Significados de um projeto social esportivo: um estudo a partir das perspectivas **de profissionais, pais, crianças e adolescentes.** *Movimento.* Porto Alegre. (ESEF/UFRGS), v. 17, n. 4, p. 145-163, 2011.

de Paula Teixeira, Andréa Maria. **"Reforma e contra-reforma da Previdência Social no Brasil de hoje."** *Revista Katálysis* 5 (2001): 49-62.

GARCIA, Joana. **A família como referência central da política da assistência social.** *Rio de Janeiro, UFRJ-1994, apud Rosana Morgado.* mimeo, 2006.

GOLDANI, Ana Maria. **"As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas."** *Cadernos de pesquisa* 91 São Paulo. (2013): 7-22.

GOLDANI, Ana Maria. **"As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação."** *Cadernos pagu* 1 Campinas. (2005): 68-110.

Gomes, Maria de Fatima Cabral Marques, and Lenise Lima Fernandes. **"QUESTÃO URBANA E EXCLUSÃO SOCIAL: O que mudou nas favelas de Praia da Rosa e Sapucaia uma década após o Programa Bairrinho?."** São Luis. *Revista Políticas Públicas* 12.2, 2015, p. 45-55.

GONÇALVES, Hebe Signorini; GARCIA, Joana. **Juventude e sistema de direitos no Brasil.** *Psicologia: ciência e profissão* 27.3, 2007, p. 538-553.

LOVISOLO, H., A. J. G. Soares; SANTOS, M. D. **Educação Física em escolas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho/Conselho Nacional de Pesquisas, 1993, p. 1-57.

MACEDO, Renata Athayde de Almeida. **Impacto social dos Usuários do Projeto família na Associação Cristã de Moços do Rio de Janeiro, Unidade Ilha do Governador.** Rio de Janeiro: Imperial Novo Milenio, 2012, p. 181- 200.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A lenta construção dos direitos da criança brasileira-século XX.** *Revista USP* 37. São Paulo. 1998, p. 46-57.

MATSUDO, Victor KR. **Vida ativa para o novo milênio.** *Revista Oxidologia*, 1999, p. 18-24.

MORGADO, Rosana. **Famílias: permanências e mudanças. Os lugares sociais de mulheres e homens.** A questão social no novo milênio, Rio de Janeiro, 2004.

MORGADO, Rosana. **"Família (s) e relações de gênero."** *Praia Vermelha: estudos de política e teoria* (2001).

MORGADO, Rosana. **Mulheres/mães e o abuso sexual incestuoso.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.** Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

SILVA, A. F. **"Estatuto da criança e do adolescente: avaliação histórica."** *Educar em Revista* 15. Curitiba, 1999, p. 1-3.

WELLER, Mirja Jaksch. **Esporte e educação não-formal: as atividades esportivas como fator de inclusão social para jovens em situação de risco.** São Paulo: UNICAMP, 2005, p. 1-9.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Estado e políticas sociais.** *Praia Vermelha* 18.1, 2008, p. 1-22.

Páginas de internet consultadas

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm

<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAbm4AG/criancas-desporto-perspectivas-ponto-vista-psicologia>

http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=9988